

“Bela” ou “bancária”?
Como as mulheres se inserem nos bancos nas décadas 1960-1980

Luciana Carlos Geroleti¹

RESUMO

Discutir a inserção das mulheres nos bancos entre as décadas de 1960 a 1980 na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, é um dos objetivos deste artigo. No período em estudo, a sociedade brasileira passou por várias transformações sendo uma das mais marcantes aquela relacionada à revolução das mulheres: do lar ao trabalho, do mundo privado ao mundo político. É também a partir da década de 1960 que ocorre a feminização do trabalho bancário em todo o mundo e no Brasil muitos bancos que não admitiam mulheres em seu quadro funcional passaram a fazê-lo a partir desta década. Nesta reflexão procuro lidar com as experiências das próprias bancárias utilizando-se da metodologia da História Oral, o que significa lidar, antes de tudo mais, com narrativas, memórias e representações, discutidas no âmbito da História e das premissas da História Cultural.

Palavras-chave: Memórias. Bancárias. Beleza.

¹ Historiadora, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. É pesquisadora na área de gênero e trabalho. Contato: geroleti@gmail.com

Os caminhos da pesquisa

O tema da pesquisa aqui apresentada surgiu quando da organização voluntária por esta pesquisadora do Museu do Banco do Estado de Santa Catarina- Besc² e seus resultados foram analisados em Trabalho de Conclusão de Curso (GEROLETI, 2010). Vasculhando nos documentos e fotografias produzidas pelo banco, era notável, mas ao mesmo tempo invisível, o lugar em que as mulheres apareciam. Enquanto os homens estavam nos quadros de presidentes, de diretoria, no comando dos departamentos, as mulheres estavam no atendimento telefônico, nas ocupações mecânicas e auxiliares, exercendo as funções de datilógrafas e secretárias, raramente lembradas nos álbuns das fotografias “importantes”. Enquanto estes mesmos homens apareciam nas fotografias de campeonatos esportivos, as mulheres apareciam nas fotos destes eventos quando estes promoviam concursos de beleza. Foi através deste “rastros” feminino no meio de tantas fotos e fatos masculinos que a história das bancárias pode ser contada. História, aliás, que não foi narrada nos vários estudos sobre os bancários, desde as origens do movimento sindical até as históricas greves da década de 1980 (CANEDO, 1986).³ Em livro sobre a história dos bancários em Florianópolis, também, a referência às trabalhadoras bancárias aparece relacionada aos concursos de miss (MICK, 1995) e dentre estes, analiso neste artigo um deles realizado em Florianópolis pelo sindicato dos bancários no ano de 1979. Depois de tantas “lacunas” na história das trabalhadoras bancárias, pareceu-me apropriada a reflexão feita por Elisabeth Souza-Lobo que ao analisar a classe operária brasileira alerta que a “classe operária tem dois sexos”, discutindo o conceito de classe operária utilizado pelo discurso sindical, o qual homogeneizou de tal modo a “categoria operária” que desconsiderou as relações sociais, as práticas que definem um modo masculino e um modo feminino de pertencer à classe operária (SOUZA-LOBO, 1991).

Utilizando a metodologia da história Oral, realizei entrevistas com oito mulheres que exerceram a profissão de bancária entre as décadas de 1960 a 1980. Apesar de julgar fundamental a utilização da fonte oral, não considero os depoimentos das bancárias como “respostas” aos questionamentos da pesquisa, atentando para questão da imperfeição inerente às fontes orais. Segundo Portelli (1997, p.32) as fontes orais são fontes narrativas e

² O Banco do Estado de Santa Catarina foi criado em 1962 e extinto legalmente em outubro de 2008 por incorporação à outra Instituição Financeira. Maiores informações sobre o museu estão em **Diário Catarinense**. Florianópolis, 29 set. 2008.

³ Em seu livro-tese a autora trata da trajetória dos bancários em São Paulo e não há nenhuma referência à atuação das mulheres no movimento.

“a memória não é apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”. Procuo levar em conta, também, conforme alertou Scott (1998) a experiência das entrevistadas na tentativa de “historicizá-las”, ou seja, perceber que estou lidando com sujeitos, os quais possuem identidades em constante mutação e que é preciso considerá-las na análise histórica (SCOTT, 1998). As “personagens principais” desta história Miriam, Fernanda, Vera, Maísa, Milena, Nair e Sara são apresentadas aqui por pseudônimos, opção feita por elas próprias ao concederem seus depoimentos. As análises foram realizadas utilizando o gênero como categoria de análise histórica, ou seja, como o gênero é construído social e culturalmente a partir das diferenças percebidas entre os sexos e como ele dá significado às relações de poder: falar das relações entre os sexos é falar, sobretudo, de poder (SCOTT, 1990). É neste debate que a discussão desse artigo se insere. Busca-se, aqui, perceber como as relações de gênero são experimentadas no mundo do trabalho, considerando que no caso específico do trabalho bancário, esta era uma profissão dominada, hierárquica e numericamente, por homens nas décadas em estudo. Como as mulheres se inseriram nos bancos? As relações entre homens e mulheres seriam, antes de tudo, relações hierárquicas? Qual o sentido da beleza feminina valorizada naquele contexto?

O banco dos “homens públicos”

O desenvolvimento do sistema financeiro no Brasil está ligado ao processo de industrialização e urbanização que se intensificou a partir dos anos 1930. Até então, as atividades agrárias e exportadoras eram financiadas timidamente através de agências de bancos estrangeiros, situados nas principais cidades com portos exportadores do país (CANEDO, 1986). A partir da década de 1950, a cultura de consumo introduzida no Brasil e a “modernização” presente nos discursos políticos trouxeram mudanças importantes na sociedade brasileira, como a introdução de indústrias de produção de bens de consumo duráveis, que criou não apenas a massificação do consumo, mas um mundo do trabalho mais “tecnologizado”. Nascia aí uma nova classe média, composta de técnicos e especialistas. Multiplicaram-se as opções de trabalho, inclusive para as mulheres, processo acelerado pela crise econômica do início da década de 1960, que levou muitas mulheres da classe média ao mercado de trabalho (CANEDO, 1986). Entre as reformas promovidas pelo governo

implantado em 1964 que pretendiam “modernizar” o país, favorecendo, sobretudo, os anseios do setor produtivo e da chamada classe média, estava a reforma bancária de 1964, que implementou a financeirização da economia brasileira e a racionalização do setor financeiro. É neste contexto que os bancos começam a se expandir na sociedade brasileira.

Sérgio Schmitz em sua tese de doutorado sobre a criação do BDE - Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina refere-se a este como uma iniciativa dos “homens públicos” de Santa Catarina (SCHMITZ, 1991). Tal referência remete-nos ao contexto político da década de 1950 em Santa Catarina em que esforços políticos pela criação de um banco para o Estado intensificaram-se a partir dos debates desenvolvimentistas internacionais apesar da necessidade de um banco público catarinense já estar debatida desde os anos 1930 (SCHMITZ, 1991). Nascia, então, o Banco de Desenvolvimento-BDE em 1962, que em 1969 passou a se chamar Besc- Banco do Estado de Santa Catarina, como resultado de uma decisão política, fato que o atrelou à cena político-partidária catarinense durante a sua existência e que se confundia com o governo, seu maior acionista (SCHMITZ, 1991). Nesse sentido, interessa-me a compreensão de que os “homens públicos” que criaram o BDE representavam não apenas o sistema político em vigor em Santa Catarina, mas, representavam, sobretudo, também homens, ou seja, sujeitos com funções e lugares diferenciados das mulheres na sociedade.

As bancárias entram em cena

Os bancos representam um *locus* privilegiado para a análise das relações de gênero no mundo do trabalho nas décadas de 1960 a 1980, visto que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho formal, ainda restrito a pouca no período. Apesar de o setor financeiro representar, já na década de 1980, um dos mais importantes setores terciários no Brasil constatei a existência de poucos estudos feitos sobre as trabalhadoras bancárias. A pesquisadora Liliana Segnini é uma das autoras que se dedicou à temática, fazendo pesquisa em um banco estatal do Estado de São Paulo na década de 1990 (SEGNINI, 1998). Na década de 1960 segundo a autora houve uma feminização do trabalho bancário em todo o mundo, ocasionado pela expansão dos bancos e da automação bancária (a substituição de registros manuais pelo serviço das máquinas). Ainda segundo a autora foi justamente a

necessidade de execução de serviços repetitivos ligados ao registro e à digitação de dados que fez com que se abrissem novos postos de trabalho, período em que a maioria dos bancos no Brasil que ainda não admitiam mulheres em seus quadros, passou a admitir mão-de-obra feminina. Concluiu SEGNINI (1998) que a inserção das mulheres nos bancos não foi somente uma “conquista” das mulheres num local antes reservado ao masculino, uma simples substituição ao trabalho dos homens. Foi também, ou mais do que isso, o que a autora considera uma “estratégia do capital”, ou seja, as mulheres preencheram as vagas geradas pelo processo de automação dos bancos, os quais necessitavam de mão-de-obra barata para os serviços mais repetitivos e manuais (SEGNINI, 1998).

Algumas pesquisas já mostraram que as mulheres trabalhavam em bancos desde a década de 1920, segundo mostra a historiadora Aurea Tomatis Petersen em sua Tese Doutorado (PETERSEN, 1999). Pesquisando sobre as bancárias que trabalharam em bancos no Estado do Rio Grande do Sul desde a década de 1920 mostrou a autora a existência de mulheres trabalhando em bancos na década de 1920, entretanto, no banco do Estado do Rio Grande do Sul- Banrisul as mulheres foram inseridas a partir da década de 1940 no contexto de expansão do trabalho feminino na Pós-segunda guerra mundial, admitidas em quadro de carreira “auxiliar” ao dos homens. Somente na década de 1960, o banco promoveu a igualdade das carreiras entre homens e mulheres (PETERSEN, 1999). Há também outras evidências de mulheres trabalhando em bancos na década de 1920, em alguns bancos públicos, como o Banco do Brasil, entretanto a admissão de mulheres foi interrompida no período de 1935 a 1968 e só foi retomada por determinação legal após a publicação da lei nº 5.473 de 09/07/1968.⁴ A referida lei proibia a discriminação por sexo para o provimento de cargos sujeito a seleção nas empresas privadas, no funcionalismo público em todas as esferas, nas autarquias, nas sociedades de economia mista (os bancos) e nas empresas concessionárias de serviço público. Assim, em 1969 o concurso de admissão à carreira do Banco do Brasil voltou a admitir a inscrição de mulheres. Os motivos dessa proibição no período ainda estão por serem estudados.

No BDE, a contratação de mulheres ocorreu desde a sua fundação em 1962, sendo o primeiro concurso realizado neste mesmo ano

⁴ Cartilha sobre as mulheres no Banco do Brasil, produzida e distribuída pelo banco com circulação interna, em poder desta pesquisadora.

BDE: concurso para escriturário no dia 29 de julho
Inscrição de 12 a 25 de julho, sendo deferida aos candidatos de ambos os sexos que preencham as seguintes funções: 17 a 40 anos incompletos. Prova escrita de português, matemática e datilografia, esta realizada em máquina fornecida pelo banco facultado a escolha entre ‘Olivete’ e ‘Remington’. (O Estado, 1962)

Dos trinta candidatos aprovados, cinco eram mulheres (ALVES FILHO Et al, 1997). Entre os membros da comissão fundadora do banco no ano de 1961 estava Nair e mais duas mulheres. Quando questionada sobre o motivo da admissão de mulheres no banco, Nair comentou que “isso foi o que a gente achou interessante, porque os colegas da comissão nunca tinham trabalhado com mulher antes, mas decidiram colocar as mulheres da família”. O depoimento de Nair sugere a atuação das redes de relações políticas e familiares, através da qual as mulheres teriam sido introduzidas inicialmente no banco porque eram da família dos fundadores. Foi Nair também quem fez as inscrições para o primeiro concurso e afirma que a primeira colocada foi uma mulher: “no concurso passaram várias, advinha quem tirou o primeiro lugar? foi uma mulher.” Nair comentou ainda que a primeira colocada era muito inteligente e que

“O primeiro presidente já acatou a Lidia para ser secretária dele, pra redigir... Ela só não se adaptava era com máquina de datilografia, aquilo era um horror pra ela, andaram botando ela lá pra bater ficha de... de cadastro, de contabilidade... (depoimento à autora em 25/03/2010).

Nos primeiros quatro anos da década 1970 ocorre o chamado período áureo da economia brasileira e o Besc, por sua vez, teve 112 agências inauguradas na década por todo o Estado de Santa Catarina (ALVES FILHO et al, 1997). A partir de meados da década, Milena, Fernanda, Vera, Sara são admitidas no banco. Milena diz que em 1975, quando ainda trabalhava em uma agência do banco sul brasileiro tinha “só duas mulheres, comigo era três...”. E quando foi admitida no Besc diz que “quase não tinha nem muitas mulheres trabalhando”. Já Fernanda diz que quando foi admitida em 1976, “o banco admitiu muitas meninas para atendimento ao cliente na abertura de conta”. Vera disse que chegou numa época que a quantidade de homens e mulheres estava mais igualitária, entretanto, “o homem predominava.” Sara diz que quando entrou no banco, em 1979, “tinham mais homens, mas também não tinham poucas mulheres, mas quantidade eu acredito que eram mais homens”. Em meados da década de 1980, Miriam, Maísa e Márcia também são admitidas no banco. Miriam diz que “quando eu comecei a trabalhar no banco era eu e outra mulher, o resto tudo

homem”. Já Máisa que iniciou no banco com cargo de chefia, referiu-se às “raríssimas as mulheres que apareciam em cargos de comando” no período. Segundo Márcia “quando eu entrei no banco achavam que o homem tava mais talhada pra ser bancário, mulher era muito pouca”.

A opção de trabalhar no banco em Florianópolis surge para algumas mulheres como uma oportunidade muito desejada ou como disse Miriam “tinha uma guria tão bonita e ela trabalhava no banco, e quer dizer que coisa boa trabalhar no banco”. Fernanda disse que “o seu sonho era trabalhar no banco que “naquela época o banco abria as tuas portas, era importante trabalhar no banco, dava status e tinha muito bom salário”. Já para Máisa o banco representava uma forma de exercer a profissão para a qual se formou “recebi três convites... os dois primeiros eu recusei porque eu queria trabalhar mais dentro da minha área de formação que é Administração”. O motivo de ter aceitado o terceiro convite foi o salário, que segundo Máisa “o salário dobrou, era o tipo de convite irrecusável”. Para Vera a oportunidade de trabalhar no banco ocorreu porque “tinha formação na área e o salário seria maior”.

Os motivos que levaram as mulheres a ir trabalhar no banco são variados, entretanto, deve ser ressaltado o fato de que todas elas, independente da condição familiar e social em que se encontravam, afirmaram que não pensavam em parar de trabalhar para dedicar-se à casa e aos filhos, ao contrário, desejavam seguir uma carreira. É de extrema importância deste dado quando consideramos que este é um período de transição no Brasil, no tocante ao papel das mulheres na sociedade, com a ida destas de vez para o mercado de trabalho, como consequência das reivindicações feministas e também das próprias transformações políticas e econômicas por quais passavam o Brasil. Fernanda via a década de 1970 um período em que as próprias mulheres passaram a se cobrar por não trabalhar

Na época, assim, que eu vejo assim é a época que a mulher começou a ver que ela tinha potencial pra tá trabalhando fora, da minha geração e de Florianópolis começou assim a mulher vê que ela podia trabalhar no comércio, trabalhar no banco, que ela tinha sim que trabalhar fora, ela mesma se cobrava isso, de não trabalhar... (depoimento à autora em 14/12/2009).

Percebo aqui que as primeiras funcionárias do Besc exerceram funções de auxílio ao trabalho dos homens, como secretárias e datilógrafas, sendo a função da primeira colocada no concurso a de “secretária do presidente”. Sara, Fernanda, Miriam também foram

secretárias. Sabemos que a profissão de secretária, juntamente com o trabalho em escritório, foi a que mais absorveu a mão-de-obra feminina a partir da década de 1960 em várias partes do mundo, o que faz da profissão de secretária uma espécie de “marco” do acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Michelle Perrot, ao analisar o trabalho das mulheres em França do século XIX, diz que foi com as “damas” secretárias que começou a verdadeira mutação do trabalho feminino, já que a “imagem da operária continuava repulsiva às mulheres, antítese da feminilidade, foi sob a aparência da graciosa datilógrafa que avançaria o proletariado dos tempos modernos” (PERROT, 2005, p. 195).

Beleza: modernização e distinção social

Foi fator comum nos depoimentos a referência de que “banco era elite” e que “trabalhar no banco era importante” nas palavras de Fernanda, Sara, Milena, Miriam e Nair. Para melhor compreender o que isso significava, analiso os dois lados: o banco e as bancárias. A profissão de bancário possuía certo prestígio na sociedade brasileira, sobretudo até a década de 1980. A partir daí, devido ao processo de desqualificação desse tipo de trabalhador, já sentido em outras partes do mundo desde a década de 1960, o *status* profissional e o *métier* bancário foi sendo esvaziado de conteúdo, ocasionado pela mecanização dos serviços e intensificado pela automação (SEGNINI, 1998). A criação de um banco oficial para o Estado, por sua vez, representava modernização e desenvolvimento para Santa Catarina e segundo Mara Rubia Sant’Anna Florianópolis nas décadas de 1950 a 1970 era uma cidade em “emersão”, a qual buscava associar-se às práticas modernas, utilizando-se de modelos de distinção vindos da capital francesa e divulgados através da imprensa dos grandes centros, reproduzindo nos jornais locais “modos de parecer” em que a aparência era sinônima de poder (SANT’ ANNA, 2005). O banco representaria, então, um elo entre uma “sociedade moderna” e a elite da cidade, e dessa forma esteve fortemente ligado à sociedade, através de patrocínios de eventos sociais, festas regionais e principalmente comemorações políticas. Por isso, considero a hipótese de que o trabalho no Besc, banco oficial do Estado, aliado ao status profissional que a profissão ainda mantinha foi o que tornou peculiar o pertencimento à elite de que falaram as bancárias.

A partir da década de 1950 a beleza alcança grande visibilidade no Brasil, período em que a escolha da “Mais Bela” se multiplicou por todos os locais, inclusive em

Florianópolis. A “sociedade brasileira se descobria moderna e procurava experimentar a modernidade, pois o moderno era tido como belo e a riqueza estava subordinada ao adjetivo da beleza, sendo esta relação uma estratégia de poder em construção” (SANT’ ANNA, 2005, p.485). A importância social, mas também política, que adquire a beleza perpassava os mais diversos setores da sociedade, entretanto, para as elites era a exigência do belo que a constituía como elite. Neste período foram eleitas as imortais *misses* do Brasil, como Martha Rocha e Vera Fischer. Em 1955 Martha Rocha chegava à Florianópolis para participar do Concurso *Miss* Catarinense, primeiro grande evento de beleza do Estado de Santa Catarina, que contou com o empenho de políticos, empresários e cronistas sociais da cidade, demonstrando a relação dos concursos de beleza com a sociedade, com os políticos e a tentativa de inserção da cidade no espaço brasileiro “da beleza” (SANT’ ANNA, 2005). Em 1969 Vera Fischer, representante do concurso “*Miss* Catarinense” seria eleita a “rainha dos brasileiros e de Santa Catarina” e voltava a Florianópolis recepcionada gloriosamente, desfilando no caminhão do corpo de bombeiros e sendo aplaudida pela população (SANT’ ANNA, 2005):

No final da década de 1970 Fernanda e Milena participaram do concurso de miss “A mais bela bancária”. Numa promoção conjunta do sindicato dos bancários e de dois clubes sociais da cidade, doze candidatas, bancárias de vários bancos, desfilaram disputando o título de “*Miss* Bancária”, cujo prêmio era um troféu, além de um ingresso para o show de Roberto Carlos e de uma “belíssima jóia” (O BANCÁRIO, 1979). A noite do desfile foi apresentada pelo cantor e ator Alan Braga, contou com a participação de Celso Pamplona e o grande destaque artístico foi a apresentação de Moacyr Franco (ver figura 1 abaixo).⁵ Fernanda, eleita a *miss* bancária, comentou que

Na época era assim, não é como é hoje, modelo, uma coisa assim... Era uma coisa mesmo assim direcionada à bancária, uma coisa séria, não era assim vulgar você participa... era assim mostrar a beleza de uma bancária, então assim era uma postura, que eles quiseram na época, de bancos... (depoimento já citado)

Fernanda fala sobre a beleza exigida pelo concurso como sinônima de *status* e distinção social, que deve ser exposta, ao contrário de outra, vulgarizada, que não condiz

⁵ Importante considerar a “configuração de estrelas” participantes do concurso, como o apresentador Moacyr Franco, o ator /cantor Alan Braga e o então jovem cantor Roberto Carlos, além de cronistas sociais da cidade como Celso Pamplona. Tal composição de ídolos permite perceber a influência das novas mídias na vida das pessoas a partir da década de 1970, as quais também faziam parte da estratégia de modernização.

com o modelo de belo, sinônimo de modernidade e progresso valorizado naquele momento pelas elites



Imagem 1- Desfile de escolha da *miss* bancária.

Embora a fotografia não reconstitua fatos do passado, nem representa a prova “verdadeira” do fato acontecido, ela é um meio de conhecimento desse passado (KOSSOY, 2001). A fotografia acima expressa o contexto temporal de beleza que o concurso “A mais bela Bancária” estava inserido. Além dos concursos de destaque nacional e internacional, os concursos de beleza junto aos clubes sociais e de determinadas categorias profissionais como a “Rainha dos funcionários públicos do Estado de Santa Catarina” em 1950, a “*Miss* Comércio de Florianópolis” em 1957 (A Gazeta, 1979). Ainda de acordo com Sant’Anna (2005, p.453), o primeiro atendia a uma exigência posta pelas atividades sociais realizadas entre os clubes, o segundo “servia como forma de promoção e auto-estima profissionais do setor como também de pretexto para o incentivo á sociabilidade, que se pretendia manter mais amigável entre os diferentes colegas” (SANT’ANNA, 2005). O que significa manter amigável a relação entre os colegas? Significa manter homens e mulheres em “seus lugares” e incentivá-los a não disputar de espaços de poder com os colegas.

Considerando a contribuição de Michele Perrot, a beleza feminina, para além de uma questão de gênero, faz parte também de um tipo de “poder social” atribuído às mulheres

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo das palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela. (PERROT, 1988. p. 167)

Este “poder social” atribuído às mulheres contribuiu para a manutenção do mito de que as mulheres teriam “poderes” que se manifestam mais no privado, no familiar e no social do que no público e no político. Logo, o discurso do “poder social” acaba afastando as mulheres de outro tipo de poder (o político, “o verdadeiro”) que está no espaço público ou no mundo do trabalho. Entretanto, como alerta Perrot é preciso duvidar desse discurso de “poder social” das mulheres, pois se elas teriam mesmo esse poder porque haveria tantas desigualdades relativamente aos homens?

Algumas considerações

Do mesmo modo que Elisabeth Souza - Lobo alertou para a existência de dois sexos na classe operária, posso afirmar que a categoria bancária também possui dois sexos, entretanto, um sexo geralmente é esquecido quando se nomeia a “categoria dos bancários”. No Brasil, talvez a “homogeneização de gênero” nas classes trabalhadoras esteja ligada à ausência de políticas públicas de gênero ou mesmo discussões mais aprofundadas como houve em outros países, o que fez com que as mulheres apenas se inserissem no mercado de trabalho, não resultado em igualdade de oportunidades apesar de sua formação igual ou até superior a dos homens. Como exemplo da primeira classificada no concurso do banco que logo foi escolhida para ser a secretária do presidente. A história das trabalhadoras bancárias está ligada a de outras mulheres em outras profissões, ou seja, não importa a profissão, o que importa é que esta é desempenhada por alguém que é denominada “mulher”, representante do “feminino”. Por ora, concluo que discutir as mulheres enquanto sujeitos nomeados como tal e o que isso significa, parece ser uma forma de compreender as persistentes desigualdades entre homens e mulheres nos dias atuais.

Referências

A GAZETA. Florianópolis, 26 set.1979.

ALVES FILHO, Antônio et al. **Besc: uma idéia 35 anos depois**. Florianópolis: Besc, 1997.

BRASIL. Lei nº 5.473, de 9 julho de 1968. Regula o Provimento de Cargos e da Outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1. P.5833, 19 jul. 1968. Disponível em://<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=118273&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 17/07/2011.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Bancários: movimento sindical e participação política**. Campinas (SP): Ed Unicamp, 1986.

GEROLETI, Luciana Carlos. **Entre a “bela” e a “bancária”**: Memórias e representações femininas de mulheres bancárias. Trabalho de Conclusão de Curso, UDESC: Florianópolis, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MICK, Jacques. **Sessenta: Uma história, 1935-1995**. Florianópolis: SEEB de Florianópolis e região, 1995.

O bancário. Florianópolis: SEEB Floripa. Out./Nov. 1979.

O Estado. Florianópolis. Pag. 5, 13 jul. 1962.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PETERSEN, Aurea Tomatis. **Trabalhando no banco: trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920**. Tese. (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1999.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. *Projeto História*. n. 14, p.25-39, São Paulo, fev.1997.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder: Novas sociabilidades urbanas, em Florianópolis. De 1950 a 1970**. Tese. (Doutorado em História) – IFCH-UFRGS/RS, Porto Alegre, 2005.

SCHMITZ, Sérgio. **Bancos privados e públicos em SC: A trajetória do BDE** (contribuição à história bancária catarinense). Tese. (Doutorado em História) – USP/SP, São Paulo, 1991.

SCOTT, Joan W. **A Invisibilidade da Experiência**. *Projeto História*. n.º 16, p. 297-325, São Paulo: EDUC, fev. 1998.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*. n.16, p.73-99, jul./dez, Porto Alegre, 1990.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário**. São Paulo: Edusp, 1998.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: SMC: Editora Brasiliense, 1991.

Entrevistas orais

Fernanda (nome fictício). 51 anos, divorciada, três filhos, admitida em 1973, trabalhou 17 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 14/12/2009, em Florianópolis.

Maísa (nome fictício). Casada, dois filhos, admitida em 1983, trabalhou 19 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 15/03/2010, em Florianópolis.

Márcia (nome fictício). 50 anos, solteira, não possui filhos, admitida em 1982, desde 1985 atuou como psicóloga dentro do banco, trabalhou 20 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 18/03/2010, em Florianópolis.

Milena (nome fictício). 52 anos, separada, possui um filho, bancária desde 1975, trabalhou dois anos no banco sul brasileiro (extinto) e 25 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 17/03/2010, em Florianópolis.

Miriam (nome fictício). 50 anos, divorciada, dois filhos, admitida em 1982, trabalha há 28 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 06/06/2009, em Florianópolis.

Nair (nome fictício). 65 anos, solteira, um filho, membra da comissão fundadora do banco do Estado de Santa Catarina em 1961, no qual trabalhou 34 anos. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 25/03/2010, em Florianópolis.

Sara (nome fictício). 50 anos, uma filha, admitida em 1979, trabalhou 21 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 25/03/2010, em Florianópolis.

Vera (nome fictício). Casada, duas filhas, admitida em 1976, trabalhou 20 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti dia 11/03/2010, em Florianópolis.